

MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia  
ISSN 2318-0811  
Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014: 539-561

# A Poesia da Ordem Espontânea: Economia Austríaca e Crítica Literária - Parte 1\*

*Paul A. Cantor\*\**

**Resumo:** O autor critica a padronização de receitas para a crítica econômica da literatura. Chama a atenção para o espírito anticapitalista das discussões econômicas de literatura, muitas vezes reproduzindo um discurso abertamente pró-socialismo. Questiona se esse modo de pensar seria o mais útil na análise da literatura. Cantor argumenta que a maneira mais eficiente de contrabalançar os efeitos negativos da crítica literária marxista não é negar que a economia tenha relevância para a literatura, mas sim, oferecer uma alternativa positiva ao marxismo para a relação da literatura com a economia, como as ideias da Escola Austríaca de Economia.

**Palavras-Chave:** Ordem espontânea, Poesia, Marxismo, Economia Austríaca, Crítica literária.

## The Poetics of Spontaneous Order: Austrian Economics and Literary Criticism - Part 1

**Abstract:** The author criticizes the standardization of the economic critique of the literature. It draws attention to the anticapitalist spirit of economic discussions in literature, often reproducing an openly pro-socialism speech. He questions if this way of thinking would be the most useful in the analysis of literature. Cantor argues that the most effective way to counteract the negative effects of the Marxist literary criticism is not to deny that the economy has relevance for literature, but offering a positive alternative to Marxism to the relationship between literature and economics, as the Austrian School of Economics ideas.

**Keywords:** Spontaneous Order, Poetry, Marxism, Austrian Economics, Literary Criticism.

**Classificação JEL:** Z11

---

\* O artigo é a versão escrita da Ludwig von Mises Memorial Lecture apresentada em 15 de março de 2002 na Austrian Scholars Conference e publicada originalmente em inglês como: CANTOR, Paul A. *The Poetics of Spontaneous Order: Austrian Economics and Literary Criticism*. In: CANTOR, Paul A. & COX, Stephen (Ed.). **Literature and the Economics of Liberty: Spontaneous Order in Culture**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009. p. 1-97. Nas duas próximas edições de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* serão publicadas as demais seções do ensaio. Traduzido do original em inglês para o português por Beatriz Caldas.

\*\* **Paul A. Cantor** é professor de Literatura Inglesa da University of Virginia, em Charlottesville, Virginia, nos EUA. Cursou o A.B. e o Ph.D. em Literatura Inglesa na Harvard University. Foi pesquisador do National Council on the Humanities e professor visitante de Humanidades no Davidson College, na Carolina do Norte, e de Ciência Política na Harvard University, em Massachusetts. Recebeu o Ludwig von Mises Prize for Scholarship in Austrian School Economics em 1992 e foi premiado em 1998 pela American Political Science Association como autor do melhor trabalho sobre Ciência Política e Literatura. É autor de dezenas de artigos acadêmicos sobre Literatura Inglesa, crítica literária, Ciência Política e Economia, publicados em diferentes periódicos acadêmicos, bem como dos livros **Shakespeare's Rome: Republic and Empire** (Cornell University Press, 1976), **Creature and Creator** (Cambridge University Press, 1984), **Gilligan Unbound: Pop Culture in the Age of Globalization** (Rowman & Littlefield, 2001), **Shakespeare: Hamlet** (Cambridge University Press, 2004), **Literature and the Economics of Liberty** (Ludwig von Mises Institute, 2009) e **The Invisible Hand in Pop Culture** (The University Press of Kentucky, 2012).

E-mail: [pac2j@virginia.edu](mailto:pac2j@virginia.edu)

*“Encontrar uma forma que acomode a confusão,  
essa é a tarefa do artista agora”.*  
— Samuel Beckett (1906-1989)

*“A tarefa da arte hoje é trazer ordem ao caos”.*  
— Theodor W. Adorno (1903-1969)

## I

Na academia contemporânea, dizer que se está abordando a literatura através de um viés econômico parece equivalente a dizer que se está fazendo uma abordagem marxista. Apesar de haver muitas escolas bem sucedidas de pensamento econômico (keynesianas, neoclássicas, monetaristas, voltadas para a oferta, escolha pública, para citar somente algumas) – algumas delas bastante antagônicas ao marxismo – somente uma parece estar voltada ao estudo de cultura, e de fato a todo o campo do que se denomina Estudos Culturais é marxista em suas bases<sup>1</sup>. É claro que se pode encontrar muita variação entre os críticos literários interessados em economia, porém é sempre a variação entre diferentes paradigmas marxistas. Um crítico pode usar o próprio Karl Marx (1818-1883), outro pode se ater a um revisionista do século XX, como György Lukács (1885-1971) ou Theodor W. Adorno (1903-1969), outro ainda pode confiar nos intérpretes mais sofisticados de Marx, como Antonio Gramsci (1891-1937) ou Louis Althusser (1918-1990).

<sup>1</sup> Na introdução de sua antologia influente e amplamente usada, *The Cultural Studies Reader* (London: Routledge, 1999), Simon During, na verdade, elabora uma orientação esquerdista em sua definição de Estudos Culturais:

Como campo, aceita que estudar a cultura raramente seja independente de um valor, e assim, abraçar valores esquerdistas articulados com clareza, procura estender e criticar a variação relativamente estreita de normas, métodos e práticas embutidas nas humanidades fixadas no passado, tradicionais, formadoras de cânones (p. 27).

É evidente que para During, por definição, Estudos Culturais de direita ou de centro não poderiam existir.

Considere, por exemplo, esta caracterização do desenvolvimento do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, que se pretende apta a nos dar uma ideia de suas raízes intelectuais de longo alcance:

Stuart Hall (1932-2014) esboça as realizações do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham como uma série de iluminações teóricas estrangeiras, começando com Raymond Williams (1921-1988) tripartido, cada vez mais radical ou quase marxista – porém não claramente marxista o bastante –, seguindo através da importação do estruturalismo francês – de Roland Barthes (1915-1980) e de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) – e a tradição germanista marxista mais antiga – de Walter Benjamin (1892-1940) e de Bertolt Brecht (1898-1956) –, para chegar a um igualmente tripartite Louis Althusser de vanguarda, marxista de forma muito mais satisfatória<sup>2</sup>.

Esta passagem aproxima-se do somatório de receitas padrão para a crítica econômica da literatura – mistura o quase marxismo com marxismo de vanguarda, e adiciona só uma pitada de pensamento francês da moda (estruturalista e pós-estruturalista) para lhe dar sabor.

Poder-se-ia facilmente ficar impressionado pelo arranjo espantoso de posições teóricas na crítica contemporânea – e os intermináveis debates entre elas – e concluir que os críticos interessados em economia abraçam uma verdadeira variedade de escolas na área. Mas, para remover essa complexidade enganadora, poder-se-ia fazer uma pergunta simples: quantos críticos literários são simpáticos ao socialismo e contrários ao capitalismo, e quantos são simpáticos ao capitalismo e contrários ao socialismo? Sobre esta questão fundamental que divide os economistas, qualquer pesquisa de crítica literária hoje em dia revelaria uma uniformidade notável e aproxi-

<sup>2</sup> BRANTLINGER, Patrick. *Crusoe's Footprints: Cultural Studies in Britain and America*. London: Routledge, 1990. p. 63.

madamente total de opiniões. As discussões econômicas de literatura são quase todas anti-capitalistas em espírito, e com frequência são abertamente pró-socialistas<sup>3</sup>. John Vernon fala

<sup>3</sup> É óbvio que se trata de uma ampla generalização, e não disponho de espaço para documentá-la de forma completa. Creio que seja verdade, no entanto, dentro da experiência de qualquer um de crítica literária hoje em dia. (E permitam-me enfatizar que não estou afirmando que toda crítica literária atual seja marxista; e tão somente que praticamente toda a crítica que tenta aplicar economia à literatura é de fundamentação marxista em suas assertivas). Para uma boa visão geral da história da crítica econômica, ver: OSTEEN, Mark & WOODMANSEE, Martha. Taking Account of the New Economic Criticism: A Historical Introduction. In: WOODMANSEE, Martha & OSTEEN, Mark (Ed.). **The New Economic Criticism: Studies at the Intersection of Literature and Economics**. London: Routledge, 1999. p. 3-50. Mark Osteen e Martha Woodmansee certamente tiveram êxito ao demonstrar a ampla variedade de abordagens empreendidas na crítica econômica, e ainda assim, de alguma forma, acabam tomando, falando de maneira abrangente, uma posição esquerdista. Embora concentrem as atenções às últimas décadas, Osteen e Woodmansee admitem que há uma longa história de crítica econômica: “É claro que a crítica econômica existia até mesmo antes de 1960, como por exemplo, no tipo de marxismo praticado por Lukács, a escola de Frankfurt, e os críticos de esquerda da década de 1930” (p. 13). À medida que se voltam para trabalho mais recente, que “aborda os hábitos econômicos dos autores individuais”, eles o caracterizam como “aderindo de forma geral à ideologia de esquerda ou marxista” (p. 14). Quando discutem os autores individuais, criticam Ferruccio Rossi-Landi (1921-1985), cujo “trabalho é falho devido à sua filiação a um marxismo antigo que enfatiza a produção às custas do consumo” (p. 14). Em seguida, elogiam Jean-Joseph Goux por “sintetizar o marxismo e o pós-estruturalismo” (p. 16). Até mesmo quando por fim voltam-se para uma abordagem não marxista – que denominam “a teoria da troca de presente” – a caracterizam como “uma ampla variação de escrita antiburguesa e anticapitalista” (p. 28). Descrevem aprovando o trabalho mais recente na área da seguinte maneira: “Embora oriundo de uma posição política de esquerda, esses estudos deram início a uma compreensão mais sofisticada do poder – e limites – dos discursos capitalistas” (p. 34). Em suma, Osteen e Woodmansee estudaram o campo de crítica econômica com cuidado e ainda assim não fazem referência a uma única forma de crítica pró-capitalista. A própria obra deles ilustra essa questão; em muitos aspectos, na verdade, é “nova”, mas não em apresentar qualquer crítica pró-capitalista (com a possível exceção do ensaio “Who Paid for Modernism?” de Paul Delany). Pode ser

difícil acreditar e pode ser que tenha me escapado algo, mas só conheço dois volumes de crítica literária que são abertamente pró-capitalistas: TURNER, Frederick. **Shakespeare’s Twenty-First Century Economics: The Morality of Love and Money**. New York: Oxford University Press, 1999; BERMAN, Russell A. **Fiction Sets You Free: Literature, Liberty, and Western Culture**. Iowa City: University of Iowa Press, 2007. Uma crítica antissocialista é mais comum, nesse sentido, recomendaria, em especial, a obra: WATSON, George. **The Lost Literature of Socialism**. Cambridge: Lutterworth, 1998. Os críticos na área dos Eslavos mostram-se, por razões compreensíveis, menos apaixonados pelo marxismo do que seus colegas de outras literaturas (discuto o caso de Gary Saul Morson mais adiante neste ensaio). Dois dos livros de crítica econômica que achei mais impressionantes são: ERICKSON, Lee. **The Economy of Literary Form: English Literature and the Industrialization of Publishing, 1800-1850**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996; DELANY, Paul. **Literature, Money and the Market: From Trollope to Amis**. London: Palgrave, 2002. Esses livros não são de forma alguma pró-capitalistas programáticos, mas demonstram apreço pelo funcionamento do mercado em suas formas positivas, e, de mais forma mais abrangente, uma compreensão essencial de economia. Lee Erickson, por exemplo, demonstra que entende a lei de utilidade marginal (ver: ERICKSON. **The Economy of Literary Form**. p. 9-10, 132-33). Quanto a Paul Delany, diferente de todos os acadêmicos de crítica econômica que conheço, ele na verdade tem um bacharelado em Economia da McGill University e um título de mestre pela Stanford University, e trabalhou como economista para o Banco do Canadá em Ottawa e para a Organização Internacional do Trabalho, em Genebra. Admite ter recebido ensinamentos de Economia de professores “keynesianos e marxistas”, mas o livro dele revela que sofreu forte influência de Richard Cobden (1804-1865), um dos grandes proponentes do livre comércio no século XIX (p. 234). Isso pode explicar por que Delany afirma: “Neste livro, quero dar à cultura comercial o que lhe é devido, e respeitar a agenda de Cobden que antecipou, de forma tão próxima, a atual globalização” (p. 8). Outro livro de crítica literária que defende a economia de mercado e, ao mesmo tempo, oferece, paradoxalmente, uma espécie de crítica esquerdista do marxismo é a obra: O’DAIR, Sharon. **Class, Critics and Shakespeare: Bottom Lines in the Culture Wars**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000. Sharon O’Dair afirma, com clareza, que “o capitalismo, de forma rotineira, é demonizado no discurso da crítica” (p. 60) e analisa longamente os preconceitos anticapitalistas nos estudos literários (veja, em especial, p. 65). Ela apresenta a sociologia de Max Weber (1864-1920) como superior ao marxismo em sua compreensão do fenômeno de classe (veja, em especial, p. 51-52).

por toda uma geração de críticos quando define sua posição:

E nesse sentido, não sou um marxista. Não creio que a realidade social e econômica sempre determine o pensamento ou que a compreensão dos modos de produção seja a única chave mais importante para a história. Porém aceito grande parte da crítica marxista ao capitalismo, em especial a que se aplica ao século XIX<sup>4</sup>.

Em resumo, Vernon não é marxista – exceto quando se trata de criticar o capitalismo. E prossegue citando Marx ao longo de todo o livro como a principal – e praticamente única – autoridade sobre questões econômicas.

Francis Barker e Peter Hulme personificam a direção anticapitalista da crítica contemporânea nessa passagem do bem conhecido ensaio que ambos escreveram sobre *A Tempestade*, de William Shakespeare (1564-1616):

A crítica atua de várias formas, adotando diversas estratégias e linhas de ataque à medida que lidamos com as formações ideológicas atuais, porém um aspecto dessa campanha provavelmente terá que permanecer constante. As sociedades capitalistas sempre pressupuseram a naturalidade e universalidade de suas próprias estruturas e modos de percepção, portanto, pelo menos em futuro previsível, as críticas terão que incluir um momento histórico, contrapondo a autouniversalização do capitalismo através da reafirmação do enraizamento de textos na contingência da história<sup>5</sup>.

Barker e Hulme estão tentando enfatizar o pluralismo do que denominam “crítica”, mas de uma coisa têm certeza – a tarefa deles deve ser a luta contra o capitalismo.

É estranho que este tipo de pensamento marxista deva usufruir de uma exclusividade

assim nas abordagens econômicas à literatura; os acadêmicos quase nunca chegam a este tipo de acordo. Esta situação é a mais estranha de todas quando se leva em conta que o marxismo perdeu muito de sua credibilidade como teoria econômica desde a queda da União Soviética e de grande parte do bloco comunista. Ao longo de todo o século XX muitos economistas desafiaram as premissas e conclusões do marxismo, e a forma pela qual os desdobramentos econômicos aconteceram na prática pareceu confirmar essas dúvidas teóricas<sup>6</sup>. Afinal de contas, o marxismo se autoproclama uma ciência de prognósticos; Marx alegava ter formulado leis de desenvolvimento econômico, centrando a inevitável transição de um modo econômico de produção para outro (feudalismo para o capitalismo, capitalismo para o socialismo). O triunfo das economias capitalistas sobre as economias comunistas no fim do século XX desfechou um golpe severo ao prestígio do marxismo, pois a história pareceu reverter-se de uma maneira que não poderia ter acontecido de acordo com as teorias de Marx. É evidente que os marxistas leais apresentaram formas para salvar as doutrinas econômicas; podem alegar, por exemplo, que a União Soviética nunca seguiu princípios marxistas verdadeiros. Este argumento poderia ser mais convincente se os mesmos teóricos não tivessem anteriormente apresentado a União Soviética, ou a China, ou Cuba como provas vivas de que o socialismo era capaz de superar o capitalismo. Assim, a maior parte dos observadores dos desdobramentos econômicos no século XX concluiu que a competição ativa entre o capitalismo e o socialismo provou a superioridade do mercado livre sobre as economias planejadas de forma centralizada e autoritária do

<sup>4</sup> VERNON, John. **Money and Fiction: Literary Realism in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Ithaca: Cornell University Press, 1984. p. 22.

<sup>5</sup> BARKER, Francis & HULME, Peter. Nymphs and reapers heavily vanish: the discursive con-texts of *The Tempest*. In: DRAKAKIS, John (Ed.). **Alternative Shakespeares**. London: Methuen, 1985. p. 194.

<sup>6</sup> Para críticas ao marxismo em termos teóricos e práticos, ver: CONWAY, David. **A Farewell to Marx: An Outline and Appraisal of His Theories**. Harmondsworth: Penguin, 1987; MALTSEV, Yuri N. (Ed.). **Requiem for Marx**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1993.

bloco comunista<sup>7</sup>. Esta situação nos traz um paradoxo bem conhecido – exatamente quando o marxismo perdeu prestígio no mundo todo, até mesmo em muitas das correntes da academia, parece triunfar nos departamentos de literatura e de ciências humanas em geral. Um cético poderia falar da retirada do marxismo dentro dos departamentos de literatura – não tendo conseguido triunfar no mundo real, procurou refúgio no único lugar em que menos está sujeito ao rigoroso teste da realidade objetiva. E, na verdade, o papel proeminente do marxismo nos estudos literários e culturais desenvolveu-se junto à difusão do pós-modernismo na academia e sua tentativa de subverter os conceitos tradicionais de realidade “ingênua” e verdade objetiva. A curiosa aliança entre o marxismo e o pós-modernismo nos estudos de literatura contemporânea levou a mais um paradoxo de um movimento que se apresentou como um ciência objetiva unindo forças a um movimento que nega a possibilidade de ciência objetiva. Tendo sido iniciado segundo Marx como um movimento explicitamente antiutópico, o marxismo, no final do século XX só parecia ter prolongado sua existência através do engajamento a um mundo pós-moderno de fantasia na ala das ciências humanas da academia<sup>8</sup>. À medida que se tornam cada vez mais sutis, sofisticadas e, diriam alguns, cada vez mais próximas a sofismas, as várias tentativas na crítica literária para salvar o marxismo como forma de analisar o mundo, a hora é mais propícia para se levantar a pergunta se o marxismo, que provou ser

uma orientação duvidosa em fenômenos econômicos, seria mais confiável em relação aos fenômenos literários. Será que as formas de pensamento econômico simpáticas ao mercado livre seriam mais úteis na análise da literatura do que o marxismo, com sua incansável hostilidade ao capitalismo?

É óbvio que alguém poderia alegar que essa alternativa simplesmente vai de um extremo a outro, substituindo uma ideologia antimercado por uma ideologia pró-mercado. Poder-se-ia com facilidade rejeitar de forma categórica as abordagens econômicas à literatura, e tentar manter a pureza estética da esfera da literatura mantendo-a rigorosamente divorciada das considerações sórdidas, mercenárias da esfera econômica. Em vista da crueza de muitas análises marxistas da literatura, pode-se aderir ao impulso de manter separadas as esferas da literatura e economia. E ainda assim, apesar de toda a nobreza, essa abordagem acaba sendo recusada para confrontar a posição entrincheirada dos críticos literários marxistas e quase-marxistas na academia, abandonando assim qualquer tentativa de desfazer o dano que possam ter causado a nosso entendimento de literatura. A crítica literária marxista não dá sinais de que está se esvaindo, e não pode ser contraposta de forma eficaz com a negação categórica de que a economia não se aplica à literatura. Precisamos por as coisas no devido lugar. Os críticos literários marxistas merecem pelo menos o seguinte crédito: ofereceram razões plausíveis e até mesmo persuasivas a respeito da relevância da economia para a literatura e atividade literária. A economia é uma esfera central de atividade humana, e até onde a literatura tenta lidar com a vida humana, não pode deixar de chegar a termos com as questões econômicas. E não importa até que ponto seja idealista a visão que se tenha a respeito da criação da literatura, em algum nível ela parece estar atrelada à atividade econômica segundo é entendida de maneira geral. Se tivermos que levantar questões para chegar a um entendimento mais completo da literatura, deveríamos nos precaver para que

<sup>7</sup> Sobre uma ampla abordagem desse tópico, com riqueza de material histórico, ver: YERGIN, Daniel & STANISLAW, Joseph. **The Commanding Heights: The Battle Between Government and the Marketplace That Is Remaking the Modern World**. New York: Simon & Schuster, 1998.

<sup>8</sup> Sobre a peculiar sobrevivência do marxismo na academia, veja: CREWS, Frederick. **Skeptical Engagements**. New York: Oxford University Press, 1986. p. 137-78; FERNÁNDEZ-MORERA, Darío. **American Academia and the Survival of Marxist Ideas**. Westport: Praeger, 1996.

estejamos sendo direcionados por princípios econômicos sólidos, e não por uma ideologia obsoleta e desacreditada. Aqueles que foram rechaçados pela crítica literária marxista podem achar que não era uma abordagem à literatura como essa que os incomodava, mas sim o uso do tipo errado de economia. Uma forma mais gentil de economia – uma forma que garante um lugar central ao elemento humano na atividade econômica – pode vir a ser mais aplicável do que o marxismo na esfera das ciências humanas. A maneira mais eficiente de contrapor os efeitos negativos da crítica literária marxista não é negar que a economia tenha relevância para a literatura, mas sim, substituir a economia sem seriedade por uma economia sólida, oferecer uma alternativa positiva ao marxismo para a relação entre literatura e economia.

Para chegar a essa alternativa positiva, voltamo-nos em grande parte, embora não de forma exclusiva, à Escola Austríaca de Economia<sup>9</sup>. O nome decorre do fato de que o movimento teve suas origens no século XIX, no então denominado Império Austro-Húngaro, na obra de Carl Menger (1840-1921) e Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), e seus representantes mais famosos no século XX, Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich August von Hayek (1899-1992), eram ambos austríacos de nascimento<sup>10</sup>. Porém, não há nada

peculiar de “austríaco” a respeito da economia austríaca; na verdade, o movimento quase não é conhecido na Áustria dos dias de hoje, e floresce nos Estados Unidos, onde é desenvolvido sobre a orientação de vários alunos de Mises, entre os quais Murray N. Rothbard (1926-1995) e Israel M. Kirzner. Desde seus primórdios, a Escola Austríaca participou no avanço mais importante na economia na segunda metade do século XIX, a revolução marginalista. Junto com William Stanley Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910), Carl Menger foi um dos descobridores da lei de utilidade marginal, e isso significa que desde seu início, a economia austríaca é caracterizada por sua teoria do valor subjetivo. Na verdade, os austríacos, em especial Eugen von Böhm-Bawerk, figuram entre os críticos mais contundentes da teoria do valor-trabalho, conforme desenvolvida na economia clássica por Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) e adotada por Karl Marx<sup>11</sup>. É uma das muitas ironias da crítica literária atual que os pós-modernistas, que negam toda a objetividade, tenham aderido ao marxismo, uma forma de economia fundamentada na teoria do valor-trabalho, a qual procura determinar o valor com base em um fator objetivo. O fato de a economia austríaca reconhecer claramente que todo o valor econômico é puramente subjetivo é uma razão pela qual deveria ser mais atraente para os críticos literários do que o marxismo como teoria econômica.

<sup>9</sup> Para uma coletânea de ensaios sobre a história da Escola Austríaca, incluindo relatos de vários dos próprios economistas austríacos, ver: GRAVES, Bettina Bien (Ed.) **Austrian Economics: An Anthology**. Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1996. Veja também: GRASSL, Wolfgang & SMITH, Barry (Eds.). **Austrian Economics: Historical and Philosophical Backgrounds**. New York: New York University Press, 1986; CUBEDDU, Raimondo. **The Philosophy of the Austrian School**. Trad. Rachel M. Costa, née Barritt. London: Routledge, 1993. O maior relato sinóptico da economia austríaca é: MISES, Ludwig von. **Human Action: A Treatise on Economics**. New Haven: Yale University Press, 1949.

<sup>10</sup> Para um histórico da vida e pensamento de Mises, ver HÜLSMANN, Jörg Guido. **Mises: The Last Knight of Liberalism**. Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 2007; e KIRZNER, Israel M. **Ludwig von**

**Mises**. Wilmington, Del.: ISI Books, 2001. Ambas as obras também são úteis como excelentes introduções à economia austríaca em geral. Para um histórico da vida e pensamento de Hayek, veja KUKATHAS, Chandran. **Hayek and Modern Liberalism**. Oxford: Oxford University Press, 1994; EBENSTEIN, Alan O. **Friedrich Hayek: A Biography**. London: Palgrave, 2001; EBENSTEIN, Alan O. **Hayek's Journey: The Mind of Friedrich Hayek**. London: Palgrave, 2003; e CALDWELL, Bruce. **Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F.A. Hayek**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

<sup>11</sup> Veja, mais especificamente, BÖHM-BAWERK, Eugen von. **The Exploitation Theory**. In: **Capital and Interest**. Trad. George D. Huncke & Hans F. Sennholz. South Holland: Libertarian Press, 1959. Vol. 1, p. 241-321.

A Escola Austríaca é conhecida pela veemência com que defende o mercado livre como a única forma racional e efetiva de organização econômica e pela forma como se opõe aos sistemas coletivistas como o comunismo e o fascismo. Mises, em especial, provavelmente foi o defensor mais inflexível do capitalismo de puro *laissez-faire* na história do pensamento econômico; Hayek, em contraste, tinha mais inclinação a fazer concessões ao estado de bem-estar (uma boa indicação de que a Escola Austríaca não é monolítica; vem, ao longo dos anos, abraçando um amplo espectro de visões sobre questões econômicas específicas, dentro do contexto de comprometimento geral com o mercado livre). A economia austríaca hoje é a mais famosa por ter previsto o colapso do comunismo. Já em 1920, Mises argumentava que uma economia socialista simplesmente não pode funcionar por causa de sua incompetência para estabelecer preços – e como consequência, alocar de forma racional – os fatores de produção na inexistência de um mercado de competição livre para os bens de capital de propriedade privada. Embora Mises tenha sido desprezado por muitos economistas por essa tese na ocasião, os eventos no fim do século XX lhe fizeram justiça e ele é hoje amplamente reconhecido como vitorioso no que ficou conhecido como o debate do cálculo econômico socialista da década de 1930<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre o debate do cálculo econômico socialista, veja: HOFF, Trygve J. B. **Economic Calculation in the Socialist Society**. Trad. M. A. Michael. Indianapolis: Liberty Press, 1981; STEELE, David Ramsay. **From Marx to Mises: Post-Capitalist Society and the Challenge of Economic Calculation**. La Salle: Open Court, 1992. A afirmação mais famosa associada ao desagravo de Mises depois dos acontecimentos de 1989 foi proferida por Robert Heilbroner, autor da história do pensamento econômico amplamente conhecida, *The Worldly Philosophers*. Pesquisando o colapso das economias socialistas em todo o mundo, Heilbroner – nada admirador do capitalismo *laissez-faire*, para dizer o mínimo – proclamou: “No final, é claro, acontece que Mises tinha razão”. Veja sua obra: HEILBRONER, Robert. *After Communism*. **The New Yorker**, Vol. 66, No. 30 (September 10, 1990), p. 92.

A segunda contribuição bem conhecida da escola é a teoria austríaca do ciclo econômico, que atribui as recessões e depressões não ao funcionamento normal do capitalismo, mas às intervenções governamentais no mercado que distorcem esse funcionamento normal (principalmente a manipulação de dinheiro e crédito através de um sistema central de atividades bancárias como o Federal Reserve – para os austríacos, uma recessão nada mais é que o colapso necessário de um *boom* gerado de forma artificial através de políticas fáceis de dinheiro/crédito)<sup>13</sup>. A Escola Austríaca também ofereceu contribuições notáveis sobre temas tais como capital e juros, dinheiro e atividade bancária, competição e monopólio e história do pensamento econômico<sup>14</sup>.

Dessa forma, a Escola Austríaca tem algo a dizer sobre praticamente qualquer assunto em economia, e organizamos esses posicionamentos ao longo deste livro (embora não tenhamos nos restringido aos *insights* especificamente austríacos)<sup>15</sup>. Com certeza, as visões da Escola Austríaca são altamente controversas, e têm sido muito combatidas, não só por marxistas, mas também pelos economistas tradicionais, incluindo muitos deles que, em geral, têm simpatia pelo

---

<sup>13</sup> Para a apresentação clássica da teoria austríaca do ciclo econômico, veja o capítulo “Interest, Credit Expansion, and the Trade Cycle” em: MISES. **Human Action**, p. 535-83. Para a aplicação da teoria austríaca ao que talvez seja o exemplo mais famoso de declínio no ciclo econômico, veja: ROTHBARD, Murray. **America’s Great Depression**. New York: Richardson & Snyder, 1983.

<sup>14</sup> Para ter ideia da abrangência de tópicos de que a Escola Austríaca tratou, veja: BOETTKE, Peter J. (Ed.). **The Elgar Companion to Austrian Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1994.

<sup>15</sup> Só encontrei uma outra única tentativa extensa para aplicar a economia austríaca a questões culturais: LAVOIE, Don & CHAMLEE-WRIGHT, Emily. **Culture and Enterprise: The Development, Representation and Morality of Business**. London: Routledge, 2000. Embora esse livro não envolva muita crítica literária (lida principalmente com cinema e televisão), faz muitas das observações que estamos registrando sobre a relevância da economia austríaca para a compreensão dos fenômenos culturais.

mercado livre. A despeito disso, podemos garantir a nossos leitores que, desde que Hayek foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1974, a reputação geral, respeitabilidade acadêmica e influência sobre políticas públicas da Escola Austríaca tem tido uma curva ascendente. A economia austríaca chegou até mesmo a causar boa impressão em uma das maiores influências sobre a crítica literária contemporânea, Michel Foucault (1926-1984). Como escreve James Miller em sua biografia de Foucault:

No dia 10 de janeiro de 1979, Foucault deu início a sua série anual de palestras no Collège de France. Suas reflexões políticas tomavam uma direção surpreendente. A despeito de sua própria “fantasiosa participação” na revolução no Irã, aconselhou seus alunos a procurar em outros lugares formas de pensar sobre “o desejo de não ser governado”. Pediu-lhes que lessem com cuidado especial os trabalhos selecionados de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek – renomados economistas austríacos, críticos gritantes, e ainda assim proféticos do marxismo, apóstolos de uma linha libertária de pensamento social moderno fundamentado na defesa do mercado livre como uma cidadela da liberdade individual e baluarte contra o poder do Estado<sup>16</sup>.

Se o santo padroeiro do Novo Historicismo endossou Mises e Hayek, sentimo-nos autorizados para ordenar os conceitos da Escola Austríaca em nosso esforço para oferecer uma alternativa aos entendimentos marxistas da relação entre literatura e economia. Vou começar este ensaio introdutório, então, com uma breve comparação entre as formas como a economia austríaca e marxista podem ser aplicadas

à literatura, em um esforço para apontar a superioridade da abordagem austríaca. Grande parte do ensaio será destinado a demonstrar como um conceito chave da Escola Austríaca, a ideia de Hayek de ordem espontânea, pode ajudar a resolver um dos dilemas centrais da teoria literária, o conflito entre a Nova Crítica e a Desconstrução. Para ilustrar a aplicabilidade da ideia de ordem espontânea à literatura, examinarei extensivamente o processo de seriação dos romances no século XIX – um estudo de caso que nos permitirá explorar em detalhes as diferenças entre a economia austríaca e o marxismo como formas de compreender a literatura.

## II

Poder-se-ia perguntar por que o marxismo provou ser tão atraente para os intelectuais das ciências humanas. O marxismo é fundamentalmente reducionista em sua compreensão da ação humana, deslocando o sujeito humano do centro de suas preocupações e, ao invés disso, apelando para enormes forças impessoais para explicar os padrões históricos e sociais. Os pensadores marxistas, em especial, tendem a ver a cultura como um epifenômeno; as forças econômicas constituem a base sólida de explicação nas teorias marxistas, e a cultura se apresenta como um subproduto, uma superestrutura que, supostamente, reflete desdobramentos mais básicos nos modos materiais de produção. Na famosa formulação de Karl Marx em *Miséria da Filosofia*:

As relações sociais estão intimamente associadas a forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção, e ao mudar seu modo de produção, sua maneira de ganhar a vida, mudam suas relações sociais. O moinho de vento propicia à sociedade o senhor feudal. O moinho a vapor propicia à sociedade o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo

<sup>16</sup> MILLER, James Miller. **The Passion of Michel Foucault**. New York: Simon & Schuster, 1993. p. 310; veja também p. 287. Os comentários de Foucault sobre Hayek e Mises podem ser encontrados em inglês no seguinte livro de publicação póstuma: FOUCAULT, Michael. **The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-79**. Trad. Graham Burchell. London: Palgrave, 2008.



com sua produtividade material também produzem princípios, ideias e categorias de acordo com suas relações sociais<sup>17</sup>.

Esta abordagem materialista de cultura é a inconfundível contribuição marxista à compreensão da história humana. Afinal, muitos pensadores antes de Marx apresentavam uma visão historicista de cultura, e até mesmo argumentavam que os fatores econômicos influenciavam o seu desenvolvimento. A novidade em Marx foi a sua premissa segundo a qual as forças econômicas são o fator *determinante* em toda a história, incluindo a história cultural<sup>18</sup>.

Porém, em sua rígida formulação – “*o moinho de vento propicia à sociedade o senhor feudal*” – a posição de Marx revelou-se reducionista em excesso, e difícil de manter. Seus pares e seguidores logo começaram a qualificar o absolutismo de sua afirmação segundo a qual os fatores econômicos simplesmente governam a história. Em uma carta explicando a doutrina de Marx a Joseph Bloch (de setembro de 1890), Friedrich Engels (1820-1895) apresenta uma visão mais complexa da interação entre fatores econômicos e culturais na história:

De acordo com o conceito materialista de história, o elemento *definitivamente* determinante na história é a produção e reprodução da vida real. Mais que isso, nem Marx nem eu jamais afirmamos. Consequentemente, se alguém distorcer isso dizendo que o ele-

mento econômico é o *único* determinante, estará transformando essa proposição em uma frase sem significado, abstrata e sem sentido. A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura – formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após uma batalha bem sucedida etc., formas jurídicas, e até mesmo os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões religiosas [...] [...] – também exercem influência sobre o curso das lutas históricas, e em muitos casos preponderam na determinação de sua *forma*. Há uma interação entre esses elementos nos quais, no meio da infundável multiplicidade de acidentes, [...], o movimento econômico por fim impõe-se como necessário<sup>19</sup>.

A reformulação de Engels sobre a posição materialista – a base econômica definitivamente determina a superestrutura, mas, no curso de seu desenvolvimento, a superestrutura pode reagir contra a base – passou a ser mais apropriada para muitos críticos literários marxistas<sup>20</sup>. Libertou-os de um entendimento puramente materialista da literatura,

<sup>17</sup> EASTON, Loyd D. & GUDDAT, Kurt H. (Eds. & trans.). **Writings of the Young Marx on Philosophy and Society**. Garden City: Doubleday, 1967. p. 480. Veja também o Prefácio de Marx para a obra *A Contribution to the Critique of Political Economy*, em: FEUER, Lewis S. (Ed.). **Basic Writings on Politics and Philosophy: Karl Marx and Friedrich Engels**. Garden City: Doubleday, 1959. p. 43-44.

<sup>18</sup> Sobre a questão do determinismo econômico na teoria de Marx, veja: CONWAY. **Farewell**. p. 52-81; ROTHBARD, Murray. **Classical Economics: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought**. Cheltenham: Edward Elgar, 1995. Vol. 2, p. 372-76; KOLAKOWSKI, Leszek. **Main Currents of Marxism**. Oxford: Oxford University Press, 1978. Vol. 1, The Founders, p. 335-75.

<sup>19</sup> De uma carta a Joseph Bloch, de 21-22 de setembro, 1890 (original em itálico), em: FEUER. **Basic Writings**. p. 397-98.

<sup>20</sup> Mas observe a crítica de Leszek Kołakowski (1927-2009) – segundo a qual Engels, ao tentar salvar Marx e fazer seu materialismo parecer mais plausível, termina destituindo sua doutrina de qualquer coisa que a faça inconfundível:

Parecia que dizer que há uma interação entre as relações de produção e a “superestrutura” é enunciar um truísmo que todos aceitariam e que não traz em si nada particularmente marxista... Que os livros e peças teatrais não podem ser entendidos sem que o conhecimento das circunstâncias históricas e conflitos sociais fosse difundido, muito antes de Marx, entre muitos historiadores e franceses e outros... Precisamos então perguntar, o que é, finalmente, materialismo histórico? Se significa que cada detalhe da superestrutura pode ser explicado como se fosse de alguma forma ditado pelas exigências da “base”, é um absurdo sem nada que o recomende como crível; por outro lado, se, como indicam as observações de Engels, não envolve determinismo absoluto nesse sentido, não passa de um fato de conhecimento comum. (KOLAKOWSKI. **Main Currents of Marxism**. Vol. 1, p. 364).

e, na verdade, alguns críticos de Marx conseguem ser bastante sutis e perceptivos em suas leituras de trabalhos literários individuais, relacionando-os a seu contexto socioeconômico de maneira esclarecedora. Muitos críticos que se autodenominam marxistas de fato rejeitam o modelo de cultura base/superestrutura<sup>21</sup>. Por exemplo, talvez na forma dominante da crítica quase-marxista atual, o Novo Historicismo, a energia é vista como oscilante, de lá para cá, entre as forças econômicas e culturais<sup>22</sup>. Porém, essas formas mais sofisticadas de crítica marxista ainda são fundamentalmente materialistas em suas perspectivas (um movimento proeminente é conhecido como “materialismo cultural”) e, em última instância permanecem reducionistas em sua aplicação à literatura. Depois de terem tido toda a formação no que diz respeito ao materialismo marxista, os críticos contemporâneos por fim completam o círculo voltando ao que é, em essência, a posição original de Engels:

Nós mesmo fazemos nossa história, mas, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito definidas. Entre elas, as relativas à economia são, por fim, decisivas. No entanto, as políticas etc., e, na verdade, até mesmo as tradições que assombam as mentes humanas também desempenham seu papel, embora não seja o decisivo<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Como exemplo antigo (1929) dentro do contexto do marxismo soviético, veja: VOLOSINOV, V.N. **Marxism and the Philosophy of Language**. Trad. Ladislav Matejka & I. R. Titunik. Cambridge: Harvard University Press, 1986. p. 17-24. Talvez como exemplo mais importante dessa rejeição, veja: WILLIAMS, Raymond. Base and Superstructure. In: **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977. p. 75-82; Idem. Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory. **Problems in Materialism and Culture**. London: Verso, 1982. p. 31-49. Sobre esse assunto, veja: ROTHBARD. **Classical Economics**. Vol. 2, p. 376.

<sup>22</sup> Sobre esse assunto, veja: DELANY. **Literature, Money and the Market**. p. 5. Para uma discussão mais completa sobre o Novo Historicismo, veja: CANTOR, Paul A. Stephen Greenblatt's New Historicist Vision. **Academic Questions**, Vol. 6, No. 4 (Fall 1993): 21-36; sobre a questão específica do determinismo, veja p. 34-36.

<sup>23</sup> ENGELS, F. Letter to Joseph Bloch. In: FEUER. **Basic Writings**. p. 398.

Em resumo, ao explicar a história, para os marxistas e quase-marxistas, a economia, afinal de contas, supera a cultura.

Pode-se perceber essa tendência para privilegiar os fatores econômicos na forma como os críticos literários dão continuidade à polêmica marxista contra a teoria histórica do “grande homem”, a alegada propensão burguesa a superestimar a importância dos indivíduos nos desenvolvimentos históricos<sup>24</sup>. Grande parte da crítica literária marxista é dedicada ao ataque à ideia romântica de gênio, invocando a própria noção de criatividade artística conforme é tradicionalmente compreendida<sup>25</sup>. Quando os críticos tradicionais falam de criação artística, os marxistas falam de trabalho cultural ou produção cultural, assimilando dessa forma a atividade estética à econômica<sup>26</sup>. Quando os críticos tradicionais analisam a forma como o grande artista cria um mundo individual com sua imaginação particular, os marxistas enfatizam a dimensão social da arte, considerando os trabalhos literários, por exemplo, como espelhos de um momento histórico particular ou consciência de uma classe socioeconômica distinta. Com seus impulsos voltados para o coletivo, o

<sup>24</sup> Sobre o ataque marxista à teoria histórica do “grande homem” veja, por exemplo: ENGELS, F. Letter to Heinz Starkenburg, January 25, 1894. In: FEUER, **Basic Writings**. p. 411-12.

<sup>25</sup> Veja, por exemplo: MCGANN, Jerome J. **The Romantic Ideology: A Critical Investigation**. Chicago: University of Chicago Press, 1983; MCGANN, Jerome J. **A Critique of Modern Textual Criticism**. Chicago: University of Chicago Press, 1983. p. 8, 40, 42.

<sup>26</sup> Veja, por exemplo: MACHEREY, Pierre. **A Theory of Literary Production**. Trad. Geoffrey Wall. London: Routledge & Kegan Paul, 1978. Esp. p. 66-68; MCGANN, **A Critique of Modern Textual Criticism**, p. 48; FELTES, N. N. **Modes of Production of Victorian Novels**. Chicago: University of Chicago Press, 1986. p. x. O capítulo de Feltes sobre *Pickwick Papers* de Charles Dickens (1812-1870) oferece um bom exemplo de crítica marxista contemporânea (p. 1-17). Seu propósito explícito é contrapor-se ao mito crítico comum segundo o qual “a publicação de *Pickwick Papers* marca a explosão do ‘gênio’ de Dickens dentro do mundo literário” (p. 2; observe que Feltes grafa a palavra *gênio* entre aspas).

marxismo diminui o papel do indivíduo na criação artística, sempre que possível tratando a obra de arte como produto de algum tipo de esforço colaborativo no qual a individualidade do artista se dissolve numa rede de relações socioeconômicas. Além disso, como forma de determinismo histórico, o marxismo mina a ideia de que o artista é livre como criador. Para os marxistas, a economia é o reino da necessidade extrema (pelo menos até a chegada da Revolução Comunista). Assim, para um marxista, mostrar um artista envolvido em relações econômicas e especialmente em qualquer forma de atividade de mercado significa *ipso facto* expor sua falta de liberdade. Na crítica literária marxista clássica, os autores que operam em um sistema de mercado são com frequência representados como reféns da ideologia capitalista, e os materialistas culturais e os novos historicistas de hoje em dia, devido a toda sua sofisticação crítica, atuam basicamente dentro dessa tradição.

Como uma doutrina que solapa a ideia da ação humana individual, o marxismo parece inapropriado para o estudo da arte – uma esfera amiúde considerada a mais alta forma de autoexpressão, criatividade e liberdade humanas. O marxismo é inapropriado em especial porque é uma espécie do que Hayek denomina *cientificismo*<sup>27</sup>. Atraído pelo sucesso das ciências naturais no século XIX, em especial pela habilidade de prever acontecimentos no mundo físico, Marx procurou criar uma ciência dos fenômenos econômicos e sociais modelada segundo a física newtoniana, uma ciência que pudesse descobrir as leis históricas que funcionam com regularidade científica e consequentemente com previsibilidade exata. Marx orgulhava-se do fato de estar oferecendo pela primeira vez um socialismo *científico*, em oposição ao socialismo utópico de pensadores anteriores como Claude-Henri de Rouvroy (1760-1825), o conde de

Saint-Simon, e Charles Fourier (1772-1837)<sup>28</sup>. Marx escreve em sua *Contribuição à crítica da economia política* que “a transformação material das condições econômicas de produção” [...] “pode ser determinada com a precisão das ciências naturais”<sup>29</sup>. Assim, o marxismo inclui um erro de categoria fundamental – tenta compreender os fenômenos econômicos e sociais com base no modelo de eventos do mundo físico, em outras palavras, os eventos humanos com base no modelo de eventos não humanos. Ao moldar fenômenos superiores ou mais complexos em termos de fenômenos inferiores ou menos complexos, o marxismo perde de vista o que é fundamentalmente peculiar na ação humana. Em particular, simplifica em demasia a história humana com o intuito de fazê-la parecer previsível (e sobretudo para fazer o triunfo do comunismo parecer inevitável). Tendo procurado entender os fenômenos econômicos em termos de forças materiais, o marxismo aumenta o erro tentando entender os fenômenos culturais em termos dos econômicos, e assim torna-se duplamente reducionista em sua abordagem da arte. Em suma, no velho conflito entre as ciências naturais e humanidades, o marxismo inclina-se para o primeiro, aumentando nossa curiosidade sobre por que os intelectuais das humanidades algum dia adotaram o marxismo.

No entanto, o reducionismo do marxismo na verdade acabou sendo atraente para muitos críticos. Após gerações da celebração romântica dos artistas gênios, muitos críticos ficaram felizes de ver os autores mais humildes<sup>30</sup>. A análise marxista trabalha para apagar a distinção entre o grande autor e o comum da humanidade, diminuindo, assim, o sentido de subordinação do crítico às figuras

<sup>27</sup> Veja: HAYEK, F. A. *The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason*. New York: Free Press, 1958. Esp. p. 13-16.

<sup>28</sup> Veja: ENGELS, F. *Socialism: Utopian and Scientific*. In: FEUER. *Basic Writings*. p. 68-111.

<sup>29</sup> FEUER. *Basic Writings*. p. 44.

<sup>30</sup> Harold Bloom apelidou a crítica contemporânea de “The School of Resentment”. Veja: BLOOM, Harold. *The Western Canon: The Books and the School of the Ages*. New York: Harcourt Brace, 1994. p. 4.

que estuda e, de fato, dando-lhe um novo poder sobre autores. Conhecendo a verdade do marxismo, o crítico pode, por exemplo, expor as falácias da ideologia capitalista – a falsa consciência – nos escritores que discute. O reducionismo marxista oferece uma maneira de elevar o crítico. Como a análise marxista é, de longe, a forma mais comum de aplicação de teorias econômicas à literatura, a própria noção de empresa tornou-se suspeita em muitos setores. Em suas formas marxistas, a crítica parece hostil à imaginação literária, ou pelo menos interessada principalmente em desmascará-la, expondo suas limitações e, sobretudo, seus preconceitos (originalmente preconceitos de classe, mas agora estendidos para preconceitos raciais e também de gênero)<sup>31</sup>.

Aqui é onde a Escola Austríaca pode vir em auxílio dos críticos que estão interessados na relação entre literatura e economia, mas estão preocupados com as implicações reducionistas do marxismo para o estudo da criatividade artística. Alguns críticos literários marxistas lutaram para libertar-se dos preconceitos científicos / materialistas / deterministas da doutrina de Marx, quando poderiam, para começar, ao invés disso, terem se voltado para os modos de pensamento econômico que estão livres dessas tendências. A relação entre literatura e economia parece muito diferente quando se trabalha a partir de uma forma de economia, como na Escola Austríaca, que celebra a liberdade e o indivíduo, ao invés de determinismo e do coletivo. Em seus fundamentos epistemológicos, instituídos por Menger e elaborados por Mises e Hayek, a Escola Austríaca rejeita de forma explícita a ideia de que as ciências naturais ofereçam o modelo adequado para a análise econômica<sup>32</sup>. Em sua preocupação em

estabelecer a autonomia da economia como uma disciplina intelectual, a Escola Austríaca respeita a heterogeneidade dos fenômenos e, portanto, a variedade de métodos para estudá-los. Os austríacos não aceitam a ideia de uma ciência mestre, um método de conhecimento que forneça a chave para compreender todos os fenômenos. Longe de ser reducionista, a economia austríaca se recusa a estudar o ser humano em termos de não humano. Como o título da *magnum opus* de Mises indica, o foco da economia austríaca está na ação humana, e coloca o sujeito humano atuando justamente no centro de sua preocupação. A Escola Austríaca se distingue da maioria das outras formas de pensamento econômico pelo fato de ver assuntos econômicos do ponto de vista do indivíduo atuante e evita lidar com abstrações macroeconômicas como o Produto Interno Bruto (PIB). Em termos epistemológicos, faz-se referência a isso como o “individualismo metodológico” da Escola Austríaca, uma abordagem que se poderia pensar mais atraente para os estudiosos da área de humanas do que o coletivismo do marxismo<sup>33</sup>.

Além disso, a forma como a Escola Austríaca concebe a atividade econômica deve torná-la mais agradável do que o marxismo para críticos literários. A escola austríaca vê a economia como o reino da

---

**to Economics.** Trad. Francis J. Nock. New York: New York University Press, 1985; MISES, Ludwig von. **Epistemological Problems of Economics.** Trad. George Reisman. Princeton: D. Van Nostrand, 1960. p. 1-23; MISES, Ludwig von. **The Ultimate Foundation of Economic Science: An Essay on Method.** Princeton: D. Van Nostrand, 1962. p. 115-33; HAYEK. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason.** p. 17-79.

<sup>33</sup> A frase “individualismo metodológico” foi cunhada pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) em 1908. Sobre este assunto, veja: MISES. **Human Action.** p. 41-44; MISES. **Epistemological Problems of Economics.** p. 40-44; MISES. **The Ultimate Foundation of Economic Science: An Essay on Method.** p. 80-83. Veja também: CHRISTAINSEN, Gregory B. **Methodological Individualism.** In: BOETTKE. **The Elgar Companion to Austrian Economics.** p. 11-16.

---

<sup>31</sup> Para uma crítica contemporânea de raça / classe / crítica de gênero, veja: ELLIS, John M. **Literature Lost: Social Agendas and the Corruption of the Humanities.** New Haven: Yale University Press, 1997.

<sup>32</sup> Veja: MENGER, Carl. **Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference**

liberdade; na verdade, diz respeito ao comportamento econômico e, sobretudo, ao ato central de escolha como a manifestação que define a liberdade humana. A economia austríaca é exatamente o oposto de uma doutrina determinista<sup>34</sup>. Além de se apoiar no axioma da liberdade de escolha humana, salienta o papel do acaso e da contingência nos assuntos humanos<sup>35</sup>. Na verdade, defende o livre mercado precisamente como a melhor forma de responder à imprevisibilidade do mundo. Diferente da maioria das formas de economia ortodoxa, a Escola Austríaca rejeita a possibilidade de modelagem matemática de fenômenos econômicos e se recusa a fazer o tipo de previsões econômicas que são o estoque no comércio de muitos profissionais da área.

Ao invés de traçar gráficos da assim denominada “competição perfeita”, os econo-

mistas austríacos concentram-se na confusão do mundo real em que agem os humanos, no fato que em dado momento a oferta e a demanda estão em desequilíbrio, ao invés de um encontro perfeito em algum ponto imaginário no quadro negro de algum professor. A Escola Austríaca concentra-se no comportamento empresarial, nos incessantes esforços dos empresários para ajustar as infindáveis mudanças no mundo econômico. Mais do que em qualquer outra escola, os austríacos insistem na importância da incerteza e no risco como fatores econômicos<sup>36</sup>. Na perspectiva deles, o empresário está sempre antecipando um futuro incerto, tentando prever as mudanças na procura e calcular novas economias de produção para satisfazê-la. Assim, para a Escola Austríaca, o empresário torna-se uma espécie de artista. Na verdade, os austríacos enfatizam a criatividade do empresário<sup>37</sup>. Como um artista, é um visionário, um indivíduo que corre riscos, e um pioneiro, e se for para lograr êxito, geralmente estará correndo contra a multidão, ou pelo menos na frente dela. Assim, com a economia austríaca, não se faz necessário preocupar-se que o elo entre a atividade artística e a econômica terá um efeito reducionista. Devido ao fato de a Escola Austríaca considerar a atividade econômica criativa já de início, a partir de sua perspectiva, mostrar um artista implicado no mundo comercial é perfeitamente compatível com a afirmação de sua liberdade e individualidade.

<sup>34</sup> Para uma discussão sobre determinismo, veja: MISES, Ludwig von. **Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution**. New Haven: Yale University Press, 1957. p. 73-93.

<sup>35</sup> Veja, por exemplo o capítulo “Uncertainty” em: MISES. **Human Action**. p. 105-18. Essa questão oferece uma boa ilustração de como os críticos literários que lidam com a economia podem ser enganados por sua negligência em relação à Escola Austríaca. Mark Osteen e Martha Woodmansee criticam a profissão de economia por causa de sua incapacidade em avaliar a importância da incerteza: “*Outros economistas modernistas – Frank Knight, J. M. Keynes, G. L. S. Shackle – de forma semelhante permitem que momentos pós-modernos se infiltrem nos argumentos ao reconhecer relutantemente a presença da incerteza*” (OSTEEN & WOODMANSEE. **Taking Account of the New Economic Criticism: A Historical Introduction**. p. 27). Se Osteen e Woodmansee tivessem familiaridade com os escritos de Mises e Hayek, jamais alegariam que os economistas não dão valor à importância da incerteza; eles claramente estenderam a crítica legítima da escola neoclássica a uma generalização falsa como essa sobre economia. Incidentalmente, Osteen e Woodmansee são injustos até com Frank H. Knight (1885-1972) e G. L. S. Shackle (1903-1992), que fazem mais do que só “reconhecer com relutância” a importância da incerteza. Knight, por exemplo, denominou seu livro mais famoso: KNIGHT, Frank. **Risk, Uncertainty and Profit**. Chicago: University of Chicago, 1971. Este é um bom símbolo do fato de que a “incerteza” era um conceito central no seu pensamento econômico.

<sup>36</sup> Como exemplo, veja: KIRZNER, Israel M. **How Markets Work: Disequilibrium, Entrepreneurship and Discovery**. London: Institute of Economic Affairs, 1997; O’DRISCOLL, Gerald P. Jr. & RIZZO, Mario J. **The Economics of Time and Ignorance**. London: Routledge, 1996.

<sup>37</sup> Veja: KIRZNER. **How Markets Work**. p. 33-34. Para o crítico literário raro que fala do “visionário empresarial” e “empreendedorismo imaginativo,” veja: BERMAN. **Fiction Sets You Free: Literature, Liberty, and Western Culture**. p. 188.

### III

Além do foco na liberdade e ação humana individual, a economia austríaca oferece um modelo de ordem que pode nos auxiliar a entender a literatura – ao qual Hayek se referiu como “ordem espontânea”<sup>38</sup>. Este conceito serve para enfatizar o lugar da economia austríaca na história intelectual de maior abrangência. Os austríacos são, em muitos aspectos, o ápice e os expoentes mais sólidos e uma mudança de amplo alcance no pensamento, que pode ser descrita como o movimento de modelos de ordem que abandona o “de cima para baixo” e vai para o “de baixo para cima”. Durante longo período da história, a única forma de se conceber uma ordem era imaginá-la organizada por uma única pessoa, algum tipo de poder central que impunha sua vontade em todo um domínio<sup>39</sup>. O modelo para este tipo de ordem centralizada era, em termos políticos, um rei governando seu reino, ou, em termos religiosos, Deus criando e dirigindo todo o universo. Neste modelo, a ordem tem que ser imposta de cima ou não há ordem alguma. Poder-se-ia debater quando e onde este

<sup>38</sup> Para o entendimento de Hayek sobre a ordem espontânea, veja os capítulos 1 e 2, “Reason and Evolution” e “Cosmos and Taxis,” do primeiro volume, **Rules and Order**, de sua trilogia: HAYEK, F. A. **Law, Legislation and Liberty**. London: Routledge, 1982. p. 8-54. Veja também os ensaios dele “The Theory of Complex Phenomena” e “The Results of Human Action but not of Human Design” na seguinte obra: HAYEK, F. A. **Studies in Philosophy, Politics and Economics**. New York: Simon & Schuster, 1967. p. 22-42; 96-105. Para uma pesquisa breve mas abrangente do desenvolvimento da ideia de ordem espontânea, veja: HORWITZ, Steven. From Smith to Menger to Hayek: Liberalism in the Spontaneous-Order Tradition. **The Independent Review: A Journal of Political Economy**, Vol. 6 (2001): 81-97.

<sup>39</sup> Veja: HAYEK. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. 1, p. 9-10; 26-27; HAYEK, F. A. **The Fatal Conceit: The Errors of Socialism**. Chicago: University of Chicago Press, 1988. p. 24. Veja também: MISES, Ludwig von. **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Trad. J. Kahane. New Haven: Yale University Press, 1951. p. 296.

conceito começou a ser questionado, mas um dos momentos chave aconteceu no século XVIII, na obra de economistas tais como Adam Smith, e, de maneira mais ampla, os pensadores do Iluminismo escocês, aos quais ele está associado<sup>40</sup>. Na verdade, a grande contribuição da economia para o pensamento em geral é uma forma de conceber a ordem que não precisa ser imposta de cima sobre os fenômenos, mas que pode, sim, brotar deles próprios, uma ordem gerada pelos próprios fenômenos. O que Smith demonstrou com sua famosa noção de “mão invisível” é que o governo não tem que regular ou planejar de forma central as atividades dos empresários com o objetivo de promover o bem público<sup>41</sup>. Agindo sozinhos para alcançar aquilo que parece ser seus meros interesses particulares, os empresários na verdade servirão ao público porque o mercado oferece um mecanismo impessoal para a coordenação de suas atividades<sup>42</sup>. Em particular, o mecanismo de precificação trabalha para manter a oferta alinhada à procura sem que ninguém precise supervisionar o processo a partir de uma posição central. A partir da perspectiva do pensamento tradicional, o mercado apresenta um paradoxo – uma ordem sem qualquer indivíduo único no controle para comandá-la.

Muitos dos avanços do pensamento do século XIX resultaram da expansão do conceito de ordem espontânea para muitas áreas. A teoria de evolução de Charles Darwin (1809-1882) é um bom exemplo

<sup>40</sup> Sobre uma contestação bem documentada à visão bem difundida, porém equivocada, segundo a qual o Mercado livre começa com Adam Smith, veja o ensaio de Darío Fernández-Morera sobre *Don Quijote*, em: FERNÁNDEZ-MORERA. **American Academia and the Survival of Marxist Ideas**.

<sup>41</sup> Veja: EATWELL, John ; MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter (Eds.). **The Invisible Hand**. New York: W.W. Norton, 1987. Esp. p. 1-42.

<sup>42</sup> Sobre o desenvolvimento desta ideia, veja: HIRSCHMANN, Albert O. Hirschman. **The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism before Its Triumph**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

da mudança de modelos de ordem que vão do de cima para baixo para o de baixo para cima. No ponto de vista tradicional, a ordem complexa da forma biológica podia ser explicada somente pela noção de criação divina – de um Deus que desenhou a interação íntima entre forma e função dos órgãos do corpo. Qualquer coisa que se pense da versão específica da teoria da evolução de Darwin, ele de fato propiciou uma forma de reconceituar o problema da forma biológica<sup>43</sup>. Ele demonstrou a possibilidade teórica de um processo de seleção natural que explica a ordem que observamos no mundo biológico. Para Darwin, a luta pela existência oferece um mecanismo impessoal que consegue explicar a forma como, ao longo do tempo, os órgãos acabam adaptados a suas funções, sem invocar a ideia de alguma força pessoal para planejar e formatar esses órgão em momento algum da criação. O fato de competição entre membros da mesma espécie desempenhar um papel tão importante no pensamento de Darwin é uma indicação que a versão deles de pensamento de ordem espontânea foi profundamente influenciado pelo trabalho dos economistas clássicos – o próprio Darwin reconheceu a importância de Thomas Malthus (1766-1834) para o desenvolvimento do conceito de seleção natural<sup>44</sup>. Assim,

<sup>43</sup> Para uma abordagem de Darwin em um contexto intelectual e cultural mais amplo, veja: HIMMELFARB, Gertrude. **Darwin and the Darwinian Revolution**. New York: W.W. Norton, 1968.

<sup>44</sup> Veja a introdução de *Origin of Species*, na qual Darwin escreve: “Esta é a doutrina de Malthus, aplicada a todo reino animal e vegetal”. Citação da edição de Gillian Beer: DARWIN, Charles. **The Origin of Species**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 6. Veja também p. 54. Sobre a influência de Adam Smith e economia clássica sobre Darwin, veja: MISES. **Socialism**. p. 296; HAYEK. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. 1, p. 20-22; 152-53, n. 33; HAYEK. **The Fatal Conceit**. p. 24-25, 146-47. Se Mises e Hayek parecem tendenciosos a favor do companheiro economista, a questão é confirmada por um cientista natural – veja: GOULD, Stephen Jay. **The Structure of Evolutionary Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 121-25. Esp. p. 122: “a teoria da seleção natural é, em essência, a economia de Adam Smith transferida para natureza”.

não é por acaso que a economia clássica e a teoria evolucionária darwiniana convergem precisamente sobre a questão da ordem espontânea, e na verdade representam os dois exemplos mais significativos desse novo tipo de pensamento no século XIX<sup>45</sup>. Mas, a ideia de ordem espontânea é ainda mais difundida nesse período. A “evolução”, concebida de forma abrangente, era, em várias formas, a ideia mais importante dessa era, e aparece em campos diversos como em linguística e história jurídica.

No entanto, a despeito de toda a produtividade que a ideia da ordem espontânea tenha demonstrado no século XIX, a princípio não parecia ser aplicável ao estudo dos fenômenos literários. O conceito do ordenamento de “baixo para cima” oferece uma alternativa ao conceito tradicional do ordenamento de “cima para baixo” – mas não uma substituição. O fato de as ordens

<sup>45</sup> Apresento a questão do darwinismo aqui com algum temor, mas espero que contribua para o meu argumento. A teoria da evolução de Darwin é a forma de pensamento de ordem espontânea com a qual as pessoas têm mais familiaridade, e portanto, pode ajudar os leitores a entender o impulso inconfundível da economia austríaca. Porém, arrisco-me a dar a impressão que a economia austríaca é uma espécie de darwinismo (ou até pior, trazer à tona o espectro do Darwinismo Social – que, na verdade, não tem nada a ver com a economia austríaca; sobre a rejeição explícita e enfática de Mises ao Darwinismo Social, veja: MISES. **Human Action**, p. 175). Quero acentuar, então, que o darwinismo é só uma forma de pensamento de ordem espontânea e não reivindica prioridade ou primazia sobre nenhuma das outras. Todas as ordens darwinistas são espontâneas, porém nem todas as ordens espontâneas são darwinistas. Embora a economia austríaca e o darwinismo tenham muito em comum como formas de pensamento de ordem espontânea, também, como veremos, diferem em aspectos fundamentais, e a ordem econômica envolve um nível mais alto de complexidade, imprevisibilidade e, como consequência, a espontaneidade da ordem biológica. Deixe-me dizer mais uma vez: a economia austríaca *não* é uma forma de darwinismo; é um modo de pensamento de ordem espontânea paralelo, porém completamente independente. Para expressar em termos biológicos: o pensamento de ordem espontânea é o gênero; o darwinismo e a econômica austríaca são duas de suas espécies, separadas e distintas.

espontâneas serem possíveis em alguns reinos não significa que os ordenamentos de planejamento centralizado não existam de forma alguma. Os tijolos não se organizam espontaneamente em edifícios. A despeito de qualquer coisa que Smith, Mises, ou Hayek tenham provado, um arquiteto ainda é necessário para planejar um edifício e dirigir sua construção. À primeira vista, um poema pareceria cair na mesma categoria do edifício, ou seja, algo que tem que ser criado por um único intelecto na direção. Na verdade, um poema bem elaborado parece ser um bom exemplo de um ordenamento não espontâneo, perfeitamente planejado. Na compreensão tradicional, um poema tem um único autor – o autor o planeja com cuidado com antecedência: está no controle de cada detalhe de seu poema, até a última palavra; seu objetivo é criar uma totalidade perfeita em cada poema, uma obra de arte na qual cada parte contribui para a unidade do todo. Se algum dia houvesse um exemplo de planejamento perfeito, a arte da poesia surgiria para realizá-lo. Uma razão pela qual muitos autores são predispostos ao socialismo é que estão acostumados ao planejamento em suas próprias linhas de trabalho e têm dificuldade em conceber como qualquer forma de ordenamento pode ser produzida sem ele<sup>46</sup>. Como mostra a popularidade do gênero da utopia – que normalmente adota algum tipo de forma socialista – os autores gostam de planejar comunidades da mesma forma como planejam suas obras literárias. De fato, na utopia as duas atividades aglutinam-se – a comunidade utópica é tão firmemente traçada quanto a obra de ficção que a retrata<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> Desenvolvo este ponto de vista em meu ensaio sobre *The Invisible Man* de H. G. Wells (1866-1946). Veja: CANTOR, Paul A. *The Invisible Man and the Invisible Hand: H.G. Wells's Critique of Capitalism*. In: CANTOR, Paul A. & COX, Stephen (Ed.). **Literature and the Economics of Liberty: Spontaneous Order in Culture**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009. p. 293-322.

<sup>47</sup> Para uma análise e crítica da literatura da utopia, veja: MORSON, Gary Saul. **Narrative and Freedom**:

Grande parte da crítica literária do século XX foi dominada por um movimento que oferecia um modelo de ordem planejado de forma tão perfeita e, conseqüentemente, não espontâneo. A Nova Crítica apoiou o ideal do poema elaborado com perfeição. Um novo crítico, via de regra, preocupava-se em demonstrar como se mantém coesa uma obra literária, como cada detalhe se encaixa no padrão da totalidade<sup>48</sup>. Não pode pairar nenhuma dúvida que a Nova Crítica fez uma contribuição significativa e duradoura à compreensão da literatura. Guiados por seu ideal de unidade estética, os novos críticos aprenderam a dissecar a literatura com cuidado inédito e atenção ao detalhe. Exatamente porque os novos críticos acreditavam que cada detalhe em uma obra de literatura tem uma função, toda vez que alguma faceta parecia alheia ou sem propósito, eles a pesquisavam e pesquisavam até encontrar uma razão para ela. Uma leitura de uma obra literária feita pelos novos críticos muitas vezes começa com algum detalhe aparentemente anômalo, e passa a explicar como o que a princípio parece estar fora de lugar na obra é de fato parte de seu projeto maior e mais profundo. No auge dos novos críticos, era difícil não ficar impressionado com sua engenhosidade em encontrar evidências de um projeto em que parecia prevalecer, à primeira vista, o acidente e a contingência<sup>49</sup>.

---

**The Shadows of Time**. New Haven: Yale University Press, 1994. p. 257-60.

<sup>48</sup> Veja, por exemplo: BROOKS, Cleanth. **The Well Wrought Urn**. New York: Harcourt Brace, 1947. No texto Cleanth Brooks (1906-1994) destaca “a proposição segundo a qual cada palavra em um poema desempenha seu papel” (p. 221; grifos no original). Para um opinião crítica da Nova Crítica, veja “What Was New Criticism?” em: GRAFF, Gerald. **Literature Against Itself: Literary Ideas in Modern Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1979. p. 129-49.

<sup>49</sup> Percebo que os novos críticos com frequência falavam do que denominavam “falácia intencional” e procuravam desviar a atenção do que estava na mente do poeta ao criar um poema para o próprio poema, sua forma e estrutura. Veja: WIMSATT, W. K. & BEARDSLEY, Monroe C. *The Intentional Fallacy*.



No entanto, o problema com a Nova Crítica é que sua leitura passou a parecer exageradamente engenhosa à medida que seus seguidores duelavam entre si para encontrar algum propósito em cada último detalhe de todas as obras de arte. Embora seja útil como um recurso heurístico, o postulado de unidade literária começou a parecer extremo em sua incansável aplicação. Como acontece com frequência na academia, a Nova Crítica acabou gerando seu oponente<sup>50</sup>. O movimento conhecido como Desconstrução é melhor entendido como uma reação contra o extremismo da Nova Crítica<sup>51</sup>. Rejeitando a obsessão com a perfeição da forma literária na Nova Crítica, os críticos desconstrutivistas conjuraram um modelo oposto de imperfeição. Onde

---

In: **The Verbal Icon**. Lexington: University Press of Kentucky, 1954. p. 4-18. Nesse sentido, os novos críticos geralmente não falavam sobre o processo consciente do planejamento de um poema. Mas, sempre falavam sobre a poesia *como se fosse conscientemente planejada*. Exatamente porque os novos críticos queriam se concentrar no planejamento de perfeição divina de um poema, escolhiam por entre parênteses aquilo que passava pela cabeça do simples mortal que o escrevera. Assim, embora os novos críticos raramente falassem sobre as intenções dos poetas, estavam sempre falando da intencionalidade dos poemas. Eles, na verdade, invocavam a ideia de Immanuel Kant (1724-1804) *Zweckmäßigkeit ohne Zweck* ("intencionalidade sem intenção"). Veja o Terceiro Momento, seção 10 de sua *Crítica do Juízo*, "Analítica do Belo". Para a importância dessa volta a Kant na Nova Crítica, veja o ensaio: CANTOR, Paul A. *The Metaphysics of Botany: Rousseau and the New Criticism of Plants*. **Southwest Review**, Vol. 70 (1983): 362-80, Esp. p. 379.

<sup>50</sup> Para uma avaliação dos desdobramentos oriundos e em consequência da reação à Nova Crítica, veja: LENTRICCHIA, Frank. **After the New Criticism**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

<sup>51</sup> Sobre um manifesto da crítica desconstrutivista, apresentando várias das figuras mais proeminentes no movimento, veja: BLOOM, Harold ; DE MAN, Paul ; DERRIDA, Jacques ; HARTMAN, Geoffrey & MILLER, J. Hillis. **Deconstruction and Criticism**. New York: Seabury, 1979. Para uma avaliação simpática ao movimento, veja: NORRIS, Christopher. **Deconstruction: Theory and Practice**. London: Methuen, 1982. Para uma avaliação mais crítica, veja: ELLIS, John M. **Against Deconstruction**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

os novos críticos haviam trabalhado para mostrar como obras literárias eram coesas, os desconstrucionistas não pouparam esforços para mostrar como se fragmentavam. A típica leitura desconstrutivista inverte o movimento da nova Crítica. Começando com o entendimento comum de uma obra literária como unificada, o crítico desconstrutivista procura revelar algum detalhe genuinamente anômalo, uma parte que, de forma obstinada, se recusa a encaixar-se no padrão da totalidade, algo que vá no sentido oposto. Os desconstrucionistas salientam a rebeldia dos meios que os autores usam para atingir seus fins, sobretudo a rebeldia da própria linguagem. Os críticos desconstrutivistas deliciam-se ao revelar significados secundários e terciários nas palavras que os autores empregam – significados que correm contra o significado principal que o autor pretendia expressar. Jacques Derrida (1930-2004), por exemplo, escreveu um ensaio sobre o *Fedro* de Platão (427-347 a.C.), partindo do fato de que a palavra grega *φάρμακός* (*pharmakós*) significa "remédio útil", mas também significa "veneno"<sup>52</sup>. Em uma leitura desconstrutivista, a obra literária nunca tem a medida do planejamento do autor. Na verdade, geralmente se apresenta como em algum nível oposto àquilo que pretendia o autor. Toda vez que a leitura da Nova Crítica evoca a ideia de planejamento artístico perfeito, as leituras desconstrutivistas apontam via de regra na direção da contingência e falha no planejamento. Para um desconstrutivista, o que pode parecer um mero acidente no processo de publicação pode oferecer uma visão do abismo da indeterminação do significado<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Veja "Plato's Pharmacy" em: DERRIDA, Jacques. **Disseminations**. Trad. Barbara Johnson. Chicago: University of Chicago Press, 1981. p. 63-171.

<sup>53</sup> Veja, como exemplo: MILLER, J. Hillis. *Ariachne's Broken Woof*. **Georgia Review**, Vol. 31 (1977): 44-60. No ensaio Hillis J. Miller faz uma tempestade epistemológica em um copo d'água textual. Começa do que a maioria dos acadêmicos têm prazer em descartar como um mero erro de impressão no *Troilus and Cressida* de William Shakespeare: o aparecimento do nome *Ariachne* em uma das falas de Troilus, que parece

A batalha entre a Nova Crítica e a Desconstrução emergiu como um dos debates críticos mais importantes da segunda metade do século XX, e pareceu deixar-nos com uma escolha difícil, entre uma ideia de ordem completa e uma ideia de completa desordem na literatura. Depois de uma reflexão, é claro que uma ideia gerou a outra<sup>54</sup>. A insistência na perfeição completa da forma literária na Nova Crítica provocou os críticos desconstrutivistas a negar que qualquer consistência de forma ou significado pudesse ser encontrada na literatura. Na verdade, os desconstrutivistas argumentavam que, se a literatura não for ordenada de forma perfeita, então não é ordenada de forma significativa de jeito

nenhum. Na verdade, se tentamos manter o ideal da Nova Crítica de toda a literatura como perfeitamente ordenado, os teóricos como os desconstrutivistas sempre poderão trazer muitas evidências em contrário e lançar a alegação de que toda a literatura é, em última análise, desordenada e indeterminada de significado.

A fim de preservar o conceito do trabalho da literatura perfeitamente ordenado, precisamos limitá-lo a um subconjunto do reino literário em geral. Além disso, para as obras que não atendem ao rigoroso padrão de perfeição da Nova Crítica, precisamos encontrar uma maneira de ver seus elementos de imperfeição como compatíveis com uma ordem subjacente e integridade artística. Aqui é onde o conceito de ordem espontânea pode vir em nossa ajuda porque oferece um termo médio entre a ordem divinamente perfeita e o caos completo. Seguindo o exemplo da economia austríaca e biologia darwiniana, nós temos que encontrar uma maneira de admitir algum elemento de contingência em nossa concepção de forma literária.

#### IV

Mas, para fazê-lo, temos de examinar com mais cuidado o que implica a ideia de uma ordem espontânea. As discussões sobre ordens espontâneas vs. não espontâneas tendem a ficar presas na questão das origens. As ordens espontâneas são, claro, aquelas que passam a existir espontaneamente – sem a intervenção de uma força externa. As ordens não espontâneas são diferentes precisamente pela presença de uma força externa em sua origem. O acalorado debate sobre o darwinismo gira exatamente em torno desta questão – se algum tipo de inteligência foi necessária para planejar a ordem biológica complexa que vemos diante de nós, ou se poderia ter surgido sem um criador divino. O que tende a se perder em tais controvérsias é a questão da *natureza* da ordem. Muitas

---

uma fusão de dois nomes da mitologia grega, Ariadne e Arachne. A palavra composta *Ariachne* lança Miller em uma especulação desconstrutivista delirante:

Ato falho da língua ou da caneta? Ignorância por parte de Shakespeare? Erro do escriba ou do tipógrafo que usou letras em excesso? O *i* extra... produz um vazio de significado e chama a atenção para a base material dos signos.... O pequeno *i* em “Ariachnes” tem o efeito de um pitada de areia em uma salada ou do som aleatório em uma sinfonia, o flautista deixando cair a flauta, o estalido de uma corda de violino que se quebra.... Em “Ariachnes”, a fusão de dois mitos que são e não são congruentes está exatamente de acordo com o que acontece na fala de Troilus, a saber, um confronto angustiado com a possibilidade subversiva do diálogo, a razão dividida contra si própria sem esperanças.... O princípio de identidade é a premissa básica da metafísica monológica....A “coisa toda” da metafísica ocidental é, o leitor pode constatar, posta em questão na experiência de Troilus e em sua fala (p. 45-47).

Tudo isso a partir do valor de um erro de impressão!

<sup>54</sup> Sobre a conexão entre a Nova Crítica e o Desconstrutivismo, veja: GRAFF. **Literature Against Itself: Literary Ideas in Modern Society**. p. 145-46. Veja também a caracterização de crítica literária de Franco Moretti: “É dividida equitativamente entre a fé criacionista (o texto é um mundo completo e perfeito, e o autor é um relojoeiro que prevê tudo) e a gnose desconstrutivista (à menor contradição, o texto entra em colapso e cai no caos total)”. (MORETTI, Franco. **Modern Epic: The World System from Goethe to García Márquez**. Trad. Quintin Hoare. London: Verso, 1996. p. 22). Moretti está completamente certo em ver a desconstrução como um tipo de inversão gnóstica da Nova Crítica.

pessoas tomam como princípio que as ordens espontâneas têm, em essência, a mesma natureza que as ordens não espontâneas – simplesmente passam a existir de forma diferente. A evolução controversa ilustra essa confusão potencial. Até mesmo as pessoas bem versadas no assunto às vezes pensam que Darwin estava trabalhando basicamente com o mesmo conceito da forma biológica de pensadores anteriores, tais como Aristóteles (384-322 a.C.). Darwin pode, a princípio, dar a impressão de ter, como Aristóteles, um conceito teleológico do organismo. Ele fala sobre as formas notáveis com que são providos os órgãos dos animais para suas funções biológicas. De acordo com este ponto de vista, Darwin simplesmente apresenta uma explicação diferente de como esses órgãos tornaram-se apropriados para suas funções. Ao invés de atribuir-lhes a funcionalidade ao planejamento e criação divinas, ele as explica como o produto de um processo completamente inconsciente – a seleção natural. A maneira como o próprio Darwin e muitos darwinistas argumentam a favor da teoria da evolução só serve para reforçar essa impressão compreensível, porém falsa. Os próprios escritos de Darwin e livros didáticos de biologia até hoje estão saturados com a linguagem tradicional da teleologia<sup>55</sup>. Falam de órgãos que têm propósitos diferentes; na verdade, falam da evolução como se fosse um processo consciente, com os animais lutando para se adaptarem a seus meio-ambientes. Darwin usa a língua da *perfeição* em *A origem das espécies*, propondo como prova de sua teoria a maneira como os órgãos são adaptados de forma perfeita a suas funções, que ele defende

<sup>55</sup> No ponto alto de sua retórica teleológica em *A Origem das Espécies*, Darwin afirma que a natureza se dispõe a oferecer provas da sua teoria da evolução: “Pode-se dizer que a natureza tem se esforçado para revelar, através de órgãos rudimentares e estruturas homólogas, o seu esquema de modificação, o qual parece que nós, de forma deliberada, não entenderemos” (p. 388). Através da comparação com este voo de fantasia antropomórfico, a visão de Aristóteles sobre as intenções da natureza parece até mesmo sóbria e contida.

que só poderia ter acontecido através de uma seleção natural durante longos períodos de tempo<sup>56</sup>.

Porém, como muitos comentadores apontaram, a evidência real para a explicação inconfundível de Darwin reside no fenômeno da *imperfeição* e não na perfeição da forma biológica. Se um órgão for *perfeitamente* adequado à sua função, então poderia muito bem ter sido o produto de planejamento consciente como de um processo impessoal tal como a seleção natural. Mas, quando se encontra imperfeição em um organismo, pode-se questionar, com legitimidade, se foi planejada conscientemente e, sim considerar a possibilidade de atribuir suas origens a algum tipo de história, e assim assumir um elemento de contingência na forma que tomou<sup>57</sup>. Consequentemente, a questão de órgãos vestigiais torna-se essencial para a teoria de Darwin (mais do que ele próprio tenha percebido)<sup>58</sup>. Quando vemos em um animal um órgão que parece não ter função, fica difícil atribuir sua presença aos planos de uma divindade toda poderosa, benevolente, que presumidamente seria capaz de atingir a perfeição em suas criações e não permitiria que houvesse nada desperdiçado em seus projetos. Os órgãos vestigiais parecem ser compreensíveis somente se as espécies tiverem histórias. Se o *Homo sapiens* tem um osso caudal, mas não têm cauda, os darwinistas argumentam que a razão é que os seres humanos evoluíram de criaturas semelhantes a macacos que tinham caudas.

<sup>56</sup> A retórica da perfeição é evidente ao longo das páginas de *A Origem das Espécies*; só como um exemplo, veja a seção “Órgãos de extrema perfeição e complicação” no capítulo VI.

<sup>57</sup> Sobre a importância da contingência na biologia darwiniana, veja: GOULD, Stephen Jay. **Wonderful Life: The Burgess Shale and the Nature of History**. New York: W.W. Norton, 1989. p. 51; 283-91; 299-301; 317-318. Veja especialmente p. 300-01 sobre o argumento a respeito da imperfeição da forma biológica.

<sup>58</sup> Darwin os denomina “Órgãos rudimentares, atrofiados ou abortados” e os discute no capítulo XIII de *A Origem das Espécies* (p. 364-69).

A cauda desde então está fora do desenho na espécie humana, mas o osso caudal permanece como uma lembrança de suas origens remotas. Assim, Darwin, por toda a sua própria confusão ocasional sobre esta questão, trabalha com um conceito de forma biológica diferente do de Aristóteles<sup>59</sup>. Para Darwin, a forma biológica é geralmente uma combinação de perfeição e imperfeição<sup>60</sup>. O organismo deve ser suficientemente bem formado e adequado a seu meio ambiente para sobreviver – até esse ponto ainda se pode falar da perfeição da forma biológica em Darwin. Mas, para Darwin, nenhum organismo pode ser, por assim dizer, perfeitamente perfeito, pois isso poderia aventar a hipótese de uma mão divina em sua criação.

Tudo isso não prova necessariamente a teoria da evolução específica de Darwin; a questão de órgãos vestigiais permanece controversa, com alguns dos críticos de

---

<sup>59</sup> Sobre este assunto, veja a seção sobre “Mechanism and Teleology” em: HIMMELFARB. **Darwin and the Darwinian Revolution**. p. 337-52. Para uma visão oposta – uma leitura aristotélica de Darwin – veja: ARNHART, Larry. **Darwinian Natural Right: The Biological Ethics of Human Nature**. Albany: State University of New York Press, 1998.

<sup>60</sup> A maneira de Darwin formular esta questão é distinguir a perfeição relativa da perfeição absoluta. Veja, por exemplo: DARWIN. **The Origin of Species**. p. 167-68:

A seleção natural em cada país bem abastecido deve agir principalmente através da competição dos habitantes entre si, e como consequência produzirá a perfeição, ou a força para a batalha pela vida, somente de acordo com o padrão desse país. Assim, os habitantes de um país, geralmente o menor, via de regra, se renderão, como vemos que de fato se rendem, aos habitantes de um outro país, geralmente maior. Porque no país maior terão existido mais indivíduos e formas mais diversificadas, e a competição terá sido mais acirrada, e assim o padrão de perfeição terá se mostrado mais alto. A seleção natural não produzirá necessariamente a perfeição absoluta; até onde possamos julgar através de nossas faculdades limitadas, a perfeição absoluta também não poderá ser encontrada em todo lugar.

Para o mesmo argumento sobre “perfeição absoluta”, veja também p. 381.

Darwin insistindo que os órgãos parecem ser vestigiais somente porque não procuramos com muito afinho descobrir sua função. No entanto, a questão dos órgãos vestigiais não serve para ilustrar a natureza da ordem espontânea e sugerir como difere de uma ordem não espontânea. O ponto chave é que uma ordem espontânea simplesmente não parecerá uma ordem que tenha sido projetada por uma única consciência. Devido à forma como passam a existir, as ordens espontâneas sempre incorporam um elemento de temporalidade, ou daquilo que poderia ser denominado contingência histórica. As ordens planejadas de forma centralizada, devido ao fato de passarem a existir em um único momento e através de um só lance, podem pelo menos aspirar a eliminar a contingência e atingir a perfeição completa de forma. Mas as ordens espontâneas sempre traem a história de sua chegada à existência e daí exibem uma certa confusão em comparação as ordens planejadas conscientemente.

Ninguém entende esta argumentação sobre as ordens espontâneas melhor do que os economistas austríacos; eles enfatizam o elemento de temporalidade e contingência nas questões econômicas e assim refutam a possibilidade de um modelo matemático e previsão econômica. Essa é uma das formas através das quais a Escola Austríaca marca um avanço para além do pensamento econômico anterior, incluindo a economia clássica. A ideia de ordem espontânea era tão recente quando os pensadores começaram a explorá-la que as pessoas levaram muito tempo para perceber até que ponto é verdadeiramente revolucionária. As ideias de Smith eram sujeitas ao mesmo tipo de incompreensão que mais tarde atingiu as ideias de Darwin (e como Darwin, Smith não entendeu completamente o que era diferente em seu próprio pensamento). As pessoas achavam que Smith, com sua ideia de “mão invisível”, tinha simplesmente atribuído uma origem diferente à ordem econômica, mas estava ainda descrevendo em essência o mesmo tipo de ordem. A oferta entraria em linha com a demanda de forma

perfeita como se tivesse conscientemente recebido ordens para fazê-lo, até mesmo como se ninguém de fato estivesse dirigindo a economia como um todo. Os próprios economistas clássicos estavam inclinados a esse tipo de erro de interpretação de seus próprios *insights*, como testemunha a forma que ambos Smith e Ricardo insistiam equivocadamente em distinguir entre “preços de mercado e “preços naturais”<sup>61</sup>. Os economistas neoclássicos, com enfoque na teoria do equilíbrio e ideia de competição perfeita, perpetuaram esse tipo de erro. O erro fundamental deles é que tentaram defender o capitalismo como uma forma de atingir a perfeição econômica, sempre guiados pela quimera do equilíbrio perfeito. Com suas equações e diagramas, representaram a economia de mercado como se tivesse sido planejada por um único intelecto gigantesco – e como se todos os fenômenos de mercado pudessem ser pesquisados e incluídos a partir da perspectiva de um único planejador. Essa abordagem tentou os socialistas a pensar que remendando essas equações e diagramas, conseguiriam elaborar um sistema de planejamento central para fazer melhorar o mercado<sup>62</sup>. Em contraste, os economistas austríacos perceberam que a economia de mercado é uma forma de ordem espontânea e consequentemente caracterizada tanto por sua imperfeição quanto por sua perfeição. Os austríacos nunca alegaram que a economia de mercado consegue atingir a perfeição. O que

<sup>61</sup> Sobre Smith, veja livro I, capítulo VII – “Of the Natural and Market Prices of Commodities” – na sua obra *Wealth of Nations*, e sobre Ricardo, veja capítulo IV – “On Natural and Market Price” – na sua obra *Principles of Political Economy and Taxation*. Sobre esta questão e sua relação com a teoria neoclássica do equilíbrio, veja: ROTHBARD, Murray. **Economic Thought before Adam Smith: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought**. Cheltenham: Edward Elgar, 1995. Vol. 1, p. 450-52; MILGATE, Murray. *Equilibrium: Development of the Concept*. In: EATWELL; MILGATE & NEWMAN. **The Invisible Hand**. p. 105-06.

<sup>62</sup> Veja: MISES. **Human Action**. p. 697-98; 706-711; KIRZNER. **How Markets Work**. p. 29; e VAUGHN, Karen I. Introduction. In: HOFF. **Economic Calculation in the Socialist Society**. p. xii-xiii; xviii-xix.

alegam é que de todos os sistemas econômicos, é o único capaz de trabalhar corrigindo suas imperfeições de forma sistemática e racional. Em um mundo imperfeito e em constante mutação, o mercado nunca atingirá o equilíbrio, mas tem uma forma de resolver os desequilíbrios ao longo do tempo. É isso que diferencia as ordens espontâneas em geral – ao longo do tempo, são autocorretivas e consequentemente sistemas de autorregulamentação. Estão sempre se aperfeiçoando, mas nunca atingem a perfeição<sup>63</sup>.

Com sua complexa interação entre perfeição e imperfeição, e seus elementos incontornáveis de temporalidade e contingência, as ordens espontâneas envolvem um nível mais alto de complexidade do que as ordens planejadas de forma centralizada. No caso da economia, uma única mente ou qualquer grupo de planejadores centralizados é simplesmente incapaz de processar e coordenar os imensos volumes de dados em uma economia moderna da forma que consegue o mecanismo impessoal de preço. Este *insight* surgiu ao longo do debate de cálculo econômico relacionado ao socialismo iniciado por Mises no início dos anos 1920 e levado adiante por Hayek nos anos 1930<sup>64</sup>. Mises demonstrou que na ausên-

<sup>63</sup> Veja: FEHL, Ulrich. *Spontaneous Order*. In: BOETTKE. **The Elgar Companion to Austrian Economics**. p. 197-205. Veja também: MISES. **Human Action**. p. 701: “Não afirmamos que o modo capitalista de cálculo econômico garanta a solução absolutamente melhor da alocação de fatores de produção. Essas soluções absolutamente perfeitas de quaisquer problemas estão fora de alcance dos homens mortais. Observe que, da forma como Darwin faz no reino animal, Mises rejeita a possibilidade de ‘perfeição absoluta’ no reino econômico”.

<sup>64</sup> O debate socialista do cálculo começou com o ensaio: MISES, Ludwig von. *Die Wirtschaftsrechnung in sozialistischen Gemeinwesen*. **Archiv für Sozialwissenschaften**, vol. 47 (1920). Para uma tradução inglesa desse ensaio, feita por S. Adler, veja: MISES, Ludwig von. **Economic Calculation in the Socialist Commonwealth**. Auburn: Praxeology Press, 1990. Para a clássica afirmação de Mises sobre sua posição, veja o capítulo XXVI de *Human Action*, “The Impossibility of Economic Calculation Under Socialism” (p. 694-711). Para a contribuição chave de Hayek sobre o problema do conhecimento, veja

cia de preços monetários e da contabilidade financeira que possibilitem, nenhuma economia de comando de planejamento central consegue resolver o problema econômico básico de alocar recursos de forma racional e eficiente. Elaborando a partir dos *insights* de Mises, Hayek desenvolveu um argumento de cálculo econômico em uma direção epistemológica e o transformou em um problema de conhecimento<sup>65</sup>. Demonstrou que em uma economia moderna, o conhecimento relevante e crucial – dos desejos do consumidor e dos meios de satisfazê-los – é sempre uma necessidade amplamente difundida e só os preços de mercado podem coordenar as informações, dando aos empresários os sinais de que precisam para trabalhar para manter a oferta alinhada à demanda.

Semelhante à seleção natural darwiniana, o mercado inclui um processo de ensaio e erro que funciona ao longo do tempo. Nin-

---

“The Use of Knowledge in Society” em: HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948. Este volume também traz vários outros capítulos sobre o debate socialista do cálculo (capítulos 7 a 9). Para mais contribuições ao debate, veja: MISES. **Socialism**. Em especial, a seção “The Economics of an Isolated Socialist Community” (p. 111-220), e o volume 10 de: HAYEK, F. A. **The Collected Works of Friedrich Hayek: Socialism and War**. Chicago: University of Chicago Press, 1977. Para mais sobre o debate socialista do cálculo, veja a segunda seção do ensaio: KUKATHAS, Chandran. *The Capitalist Road: The Riddle of the Market from Karl Marx to Ben Okri*. In: CANTOR, & COX. **Literature and the Economics of Liberty**. p. 469-98.

<sup>65</sup> Os economistas austríacos debatem se a posição de Hayek no argumento do cálculo socialista simplesmente se desenvolve a partir do argumento de Mises ou se lhe oferece uma alternativa. Veja, for exemplo, o pós-escrito de Joseph T. Salerno, *Why a Socialist Economy is ‘Impossible’* em: MISES. **Economic Calculation in the Socialist Commonwealth**. p. 59-66. Salerno argumenta de forma convincente que a posição de Hayek deveria ser diferenciada da de Mises. No entanto, em um panorama mais amplo, Mises e Hayek claramente eram aliados em oposição ao campo do socialismo. Para uma outra tentativa de diferenciar suas posições, veja: KIRZNER. **How Markets Work**. p. 16-19. No entanto, Kirzner conclui que os argumentos dos dois “*acabam sendo os dois lados da mesma moeda*” (p. 18).

guém pode armazenar a partir de um único ponto de vantagem todos os dados necessários para administrar uma economia de forma apropriada, em parte porque muitos desses dados são resultados de conjecturas ditadas necessidade, uma tentativa de antecipar as condições do futuro que não podem ser extrapoladas do presente com qualquer margem de certeza. A economia de mercado funciona permitindo a uma multiplicidade de empresários que atuem em liberdade e em competição entre si. Aqueles que antecipam o futuro de forma correta serão recompensados e assim capacitados a continuar na competição (embora só enquanto mantêm apropriadas as conjecturas), e por sua vez, aqueles que estiverem errados a cerca do futuro têm que se transferir para outras linhas de empreendimento<sup>66</sup>. Em resumo, o mercado livre sempre produzirá fracassos, porém, diferente de outros sistemas econômicos, tem um mecanismo embutido para corrigi-los. Isso acontece porque os esforços de uma pletera de atores não coordenados consegue produzir um resultado mais racional do que consegue gerar qualquer economia de planejamento centralizado. As economias de planejamento centralizado produzem fracassos inevitáveis de dimensão do sistema, enquanto o mercado livre tende em direção a fracassos meramente locais, que via de regra se equilibram<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> Veja: MISES. **Human Action**. p. 701.

<sup>67</sup> Sobre essa questão, veja: RUTLAND, Peter. **The Myth of the Plan: Lessons of Soviet Planning Experience**. La Salle: Open Court, 1985. Em especial, p. 39:

As economias planejadas têm uma tendência embutida a rejeitar o reconhecimento de erro (embora todas tenham que acabar por fazê-lo), enquanto as economias de mercado, em contraste, são construídas em torno do princípio da incerteza – o erro de um homem é o ganho empresarial de outro homem. (No pior das hipóteses, as economias de mercado enfrentam o problema de geração excessiva de fracasso). Os sistemas planejados são destituídos de quaisquer mecanismos de registro automático de fracasso, tais como falência ou encampação, ou, de forma mais indireta, cotações da bolsa de valores, moedas internacionais cambiáveis e assim por diante.

Os críticos do capitalismo que apontam exemplos isolados do assim denominado fracasso de mercado ou competição imperfeita consequentemente não entendem o argumento da defesa austríaca<sup>68</sup>. Eles presumem que a perfeição econômica é de certa forma possível nas transações humanas, e se o capitalismo não consegue produzi-la, temos que substituir o mercado livre por alguma forma de planejamento central. O argumento austríaco é que, em um mundo imperfeito, em que todos os fatores econômicos, em especial os desejos dos consumidores, estão sempre em mudança, o objetivo de uma ordem econômica perfeita é pura fantasia. Os proponentes do socialismo condenam o mundo real e necessariamente imperfeito do capitalismo de acordo com o padrão impraticável e na verdade impossível de um modelo teórico de planejamento perfeito. Porém, a questão da economia é olhar para o mundo real com todas as suas vicissitudes, e na prática real o mercado livre, embora seja incapaz de produzir a perfeição, funciona significativamente melhor do que qualquer outro sistema alternativo na solução de problemas econômicos. Nem o reino econômico da forma como os austríacos o concebem nem o reino biológico conforme Darwin o concebe é algum tipo de melhor leibniziano de todos os mundos possíveis, no qual, seja qual for, está certo. A economia austríaca não defende cada resultado individual do mercado como perfeito, mas

somente o sistema, sim, como um todo, por suas propriedades autocorretivas. Qualquer tentativa de uma força externa, como o governo, na intervenção no funcionamento normal do mercado só logrará interferir nos processos autocorretivos e dessa forma produzirá resultado pior. A economia austríaca não é mais “providencial” em seu pensamento do que a biologia de Darwin – não desenha um todo no qual cada parte possa figurar como sendo tanto necessária quanto boa. Como Darwin, Mises e Hayek lidam com o único mundo real que temos, cheio de contingências e consequências não antecipadas, e assim um mundo profundamente imperfeito. Como veremos, este também é o mundo no qual se produz literatura, mundo o qual ela às vezes reflete e mostra. ∞

---

Para mais críticas ao planejamento econômico soviético, veja: SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998. p. 193-222.

<sup>68</sup> Veja: KIRZNER. **How Markets Work**. p. 54:

Muitas características dos mercados do mundo real que, na perspectiva de um ideal de competição perfeita, parecem ser evidências diretas de ineficiência, acabam sendo aspectos benfazejos de um mundo de competição vigorosa e dinâmica. As denominadas “imperfeições” da competição emergem elementos cruciais no processo de descoberta no mercado e correção de erros empresariais anteriores.